

R E V I S T A

O bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários do Ceará

Ano III – Nº 3 – Março/Abril 2010



Lucros dos bancos mostram que PLR precisa avançar



Revista "O Bancário"

Edição nº 03 – Março/Abril - 2010

Uma publicação do Sindicato dos Bancários do Ceará - SEEB/CE

Diretor de Imprensa

Tomaz de Aquino

Jornalista Responsável

Lucia Estrela – CE00580JP

Repórter

Sandra Jacinto – CE01683 JP

Estagiárias

Camila Queiroz e Renata de Lima

Colaborador:

Alan Rodrigues (Entrevista Nonato Lima)

Projeto gráfico, diagramação e finalização

Normando Ribeiro – CE0043DG

Impressão

Expressão Gráfica

Tiragem: 12.000

Sindicato dos Bancários do Ceará

Rua 24 de Maio, 1289 – Centro

Telefone: (85) 3252 4266 –

Fax: (85) 3226 9194

www.bancariosce.org.br

bancariosce@bancariosce.org.br

Secretaria de Imprensa

Telefone: (85) 3231 4500

Fax: (85) 3253 3996

imprensa@bancariosce.org.br

Diretoria Executiva do Sindicato dos Bancários do Ceará Triênio 2009/2012

Carlos Eduardo Bezerra Marques (BB)
Presidente

Ricardo Barbosa de Paula (Banrisul)
Secretário Geral

Elvira Ribeiro Madeira (CEF)
Secretária de Ação Sindical

Marcos Aurélio Saraiva Holanda (CEF)
Secretário de Finanças

Tomaz de Aquino e Silva Filho (BNB)
Secretário de Imprensa

Marcus Rogério Rôla Albuquerque (Itaú)
Secretário de Suporte Administrativo

Laura Andréa Nascimento Costa (CEF)
Secretária de Formação Sindical

Francisco Alexandro da Silva Citó (Itaú/Unibanco)
Secretário de Organização

Gabriel Motta Fernandes Rochinha (Bradesco)
Secretário de Estudos Sócio-Econômicos

Maria Carmen de Araújo (BNB)
Secretária de Recursos Humanos

Paulo César de Oliveira (Bradesco)
Secretário de Assuntos Jurídicos Individuais

Rochael Almeida Sousa (CEF)
Secretário de Assuntos Jurídicos Coletivos

José Eugênio da Silva (Santander/Real)
Secretário de Saúde e Condições de Trabalho

Pedro Eugênio Leite Araújo (BB)
Secretário de Relações Sindicais e Sociais

José Ribamar do Nascimento Pacheco (Itaú/Unibanco)
Secretário de Esporte e Lazer

Erotildes Edgar Teixeira (Bradesco)
Secretário de Cultura

José Océlio da Silveira Vasconcelos (BNB)
Secretário de Assuntos de Aposentados

José Eduardo Rodrigues Marinho (BB)
Secretário de Assuntos das Sub-sedes Regionais

Sindicato dos Bancários comemora 77 anos
Fundado em 21/2/1933, o SEEB/CE é referência na defesa do trabalhador (pág. 2)

Assaltos: ações violentas aterrorizam bancários
Os ataques se concentram mais no Interior (pág.4)

Terceirização precariza atendimento e relações trabalhistas
Entidades lutam pela aprovação de projetos de regulamentação (pág. 5)

Lei severa não basta para barrar a violência contra a mulher
Em 2009, houve um aumento de 72% dos homicídios dolosos contra mulheres em relação a 2008 (pág. 6)

Bancárias garantem seis meses de licença-maternidade
Adesão de todos os bancos garantiu o benefício (pág.7)

Rádio Bancários: 17 anos informando o trabalhador
O coordenador e apresentador Nonato Lima fala do projeto (pág. 8)

Campanha Salarial garantiu melhor PLR desde 1995
Novo modelo de distribuição é mais simples e justo (pág. 10)

LER/Dort: um mal silencioso
Como vencer o preconceito e conviver com a doença (pág. 12)

Bancários do BB lutam por PCCS e plano odontológico
Comissão de empresa busca solucionar pendências da campanha salarial (pág. 14)

Caixa: ano de mobilização pela isonomia
Empregados querem PCC mais justo e melhores condições de trabalho (pág. 15)

Com diálogo e negociação, funcionários do BNB vêm arrancando conquistas
Foram reconquistados importantes benefícios e solucionados passivos históricos (pág. 16)

Centrais sindicais pressionam pela redução da jornada
Medida pode gerar mais de 1 milhão de empregos (pág. 18)

Entrevista com Carlos Eduardo Bezerra
Presidente do SEEB/CE fala sobre os desafios para 2010 (pág. 20)

Sem tempo a perder

Nenhum setor da economia brasileira foi tão drasticamente afetado pela reestruturação produtiva quanto os bancos. A reengenharia, a tal “qualidade total” e as novas tecnologias propiciaram aos bancos e aos banqueiros maior produtividade e maior lucratividade. A sociedade – como um todo – e os bancários em particular não receberam a contrapartida em melhores serviços para aquela e melhores condições de trabalho para estes.

A globalização – ou a mundialização do capital – é a face cruel e sofisticada do capitalismo atual que tem na financeirização da economia um dos seus elementos centrais. Mesmo a crise financeira recente (e ainda atual) parece não ter abalado os fundamentos da lucratividade desproporcional dos bancos.

Não se combate politicamente uma engenharia político-financeira desta ordem sem termos as ferramentas adequadas que são os trabalhadores tomando posições ativas nas suas entidades representativas - sindicatos, associações e partidos. A diretoria do sindicato dos bancários do Estado do Ceará entende que os bancários cearenses têm uma contribuição a ser dada no próximo período político. Esta contribuição deve se dar por um maior engajamento sindical, sem o aprisionamento corporativista, mas sem abdicar das lutas específicas.

A edição bimestral desta revista procurará estar informando os bancários e a sociedade em geral do curso de nossas lutas, das nossas ações específicas e das nossas lutas mais gerais. Não basta a constatação de avanços no combate à pobreza. É preciso “desafogar” a classe média e, principalmente, construir na sociedade elementos capazes de enfrentar a violência que grassa e assusta aos cidadãos brasileiros.

A imensa mobilização dos bancários, em nível nacional, é a garantia de várias conquistas, quebrando a intransigência dos banqueiros e arrancando vitórias. Uma delas mostramos nesta edição, que foi a melhoria da PLR, além das negociações específicas que trouxeram novos ganhos. Merece destaque a luta do Sindicato dos Bancários do Ceará na solução de vários passivos trabalhistas com o Banco do Nordeste, além dos ganhos nos demais bancos federais.

Outras questões relevantes na vida dos trabalhadores bancários, tais como saúde e as doenças ocupacionais; as condições de trabalho e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres são destaques nesta edição. Também foram valorizadas as conquistas das mulheres trabalhadoras com relação à licença-maternidade e a legislação que visa acabar com a violência contra as mulheres de modo geral.

Nesta edição mostramos que a luta por isonomia na Caixa Econômica Federal é permanente e, no Banco do Brasil as negociações continuam em busca de um PCCS justo para a categoria. Destacamos o aniversário do Sindicato dos Bancários do Ceará, fundado em 21 de fevereiro de 1933, sendo hoje uma referência quando se fala na luta em defesa dos trabalhadores. Considerado um dos maiores sindicatos de bancários do País, o SEEB/CE tem participado ativamente de momentos importantes da história do Brasil. A Campanha Salarial 2010 e os desafios deste ano são destaques na entrevista com o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo, lembrando que a mobilização da categoria é importante para manutenção de direitos e avanços nas conquistas. Afinal, a luta continua!

Aniversário do Sindicato dos Bancários do Ceará: 77 anos defendendo o trabalhador

Fundado em 21 de fevereiro de 1933, o Sindicato dos Bancários do Ceará hoje é uma referência quando se fala na luta em defesa dos trabalhadores. Considerado um dos maiores sindicatos de bancários do País, o SEEB/CE tem participado ativamente de momentos importantes da história do Brasil. A entidade sobreviveu a dois golpes de Estado (o Estado Novo de Getúlio Vargas e o golpe militar de 1964) e a vários planos econômicos governamentais. Presenciou o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e o impeachment do presidente Fernando Collor, luta de que participou ativamente no Ceará. Isso sem falar na eleição de Lula como o primeiro presidente sindicalista da história do Brasil.

Em sua existência, o Sindicato sofreu três intervenções. A primeira foi durante o Estado Novo (1937-1945) e duas vezes no período da ditadura militar (1964-1985).

Num período de efervescência nas lutas sindicais, em 1934, uma greve dos bancários conquista a jornada de seis horas de trabalho. Em 1937, com o início da ditadura de Getúlio Vargas, o Sindicato sofre sua primeira intervenção, que duraria até 1957, quando se elege uma chapa de oposição. A greve do BNB pela equiparação salarial com o BB, em 1962, foi a primeira grande greve após a intervenção.

Em 1964, com o golpe militar há nova intervenção, com a destituição da diretoria e a ocupação do Sindicato. O presidente do Sindicato era na época era um grande lutador da classe trabalhadora, José de Moura Beleza, que chegou a ser candidato

a prefeito de Fortaleza. Em 1968, no período mais duro da ditadura, a campanha salarial desencadeia uma greve. Em novas eleições, ganha a chapa de oposição à ditadura. Logo após a posse, há nova intervenção.

Foi somente em 1979 que uma frente política de oposição à ditadura ganha a eleição no Sindicato, assumindo a presidência Maria da Natividade, ligada ao PCB, e funcionária do Banco do Brasil. A predominância do PCB/PCdoB na diretoria do Sindicato permanece até 1988, quando uma chapa ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores) vence a disputa.

Em 1985, ocorre a primeira grande greve nacional da década, uma campanha salarial que consegue unificar a data-base dos bancários. Seguiria-se, até 1989 uma série de greves e conquistas que se incorporam às convenções coletivas da categoria: o Plano de Cargos e Salários (PCS) para os bancos oficiais, equiparação do BB ao BNB e a criação de pisos salariais para os bancos privados. É também, em 1989, que em uma assembleia histórica, o Sindicato dos Bancários do Ceará filia-se à CUT.

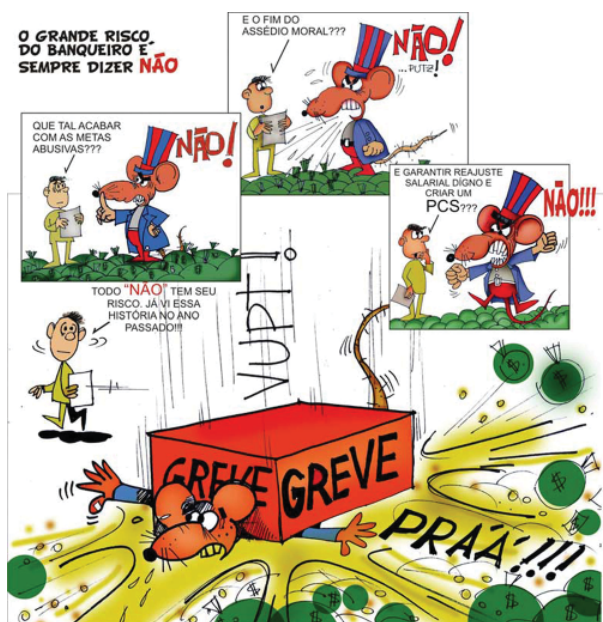
O ano de 1990, com o governo Collor, inicia-se a implantação do projeto neoliberal no Brasil, que vem sendo levado a cabo pelo atual presidente, Fernando Henrique Cardoso. O grupo político ligado à CUT e ao PT, que assumiu a direção da entidade pela primeira vez em 1988 continua dirigindo a entidade.



O primeiro presidente dessa nova fase foi Nelson Martins (Banco do Brasil), que foi reeleito para o período 1991/94 (ampliando-se a frente de esquerda que dirige o Sindicato, incorporando novamente militantes do PT/PC do B). A partir daí, assume Tomaz de Aquino (BNB), reeleito por duas vezes (1994/97 e 1997/2003). Em 2003, o empregado da Caixa Econômica Federal e diretor de Finanças da entidade, Vaumik Ribeiro, é eleito presidente do SEEB/CE para o período 2003/2006. Atualmente, Vaumik chefia a Secretaria de Administração do Município. Em seu lugar, assumiu a presidência do Sindicato, Marcos Saraiva, também empregado da Caixa. Recentemente, em uma eleição onde concorreram duas chapas, o grupo ligado à CUT e ao PCdoB venceu novamente, assumindo a presidência o funcionário do Banco do Brasil, Carlos Eduardo Bezerra. “Juntos, prosseguiremos na luta pela organização da categoria bancária, pela garantia de desenvolvimento econômico, melhorias nas condições de trabalho, avanços sociais e econômicos, por mudanças na estrutura sindical que garantam sindicatos livres, autônomos, organizados, com forte representação de base e também por uma sociedade justa, livre, democrática e soberana”, afirmou Carlos Eduardo.

Importantes Conquistas

Através de campanhas salariais fortes, o Sindicato dos Bancários têm conquistado na última década importantes direitos para a categoria. Em 2009, por exemplo, prevaleceu principalmente a união do movimento sindical e a mobilização de todos. Contra a intransigência dos banqueiros, todas as estratégias foram usadas: outras entidades foram convocadas para vencer os paredões de segurança privada nas portas do edifício sede da Caixa Econômica; para combater os famigerados interditos proibitórios, arbitrariamente utilizados contra a ação dos trabalhadores, foram feitos inúmeros apitaços, almoço social dentro de uma unidade do Bradesco e até protestos em um jogo do Circuito de Vôlei de Praia do Banco do Brasil. A criatividade, a união e o bom humor deram certo, e os bancários arrancaram aumento real por mais um ano, licença-maternidade de seis meses, isonomia para homoafetivos e igualdade de oportunidades.



Lutas históricas

• Fora Byron

O Sindicato dos Bancários do Ceará travou duro embate contra os oito anos de truculenta gestão Byron Queiroz no BNB. A luta mobilizou bancários e a sociedade para combater principalmente a corrupção e a impunidade. Recentemente, a Justiça Federal condenou Byron Queiroz, três ex-diretores e dois ex-superintendentes a ressarcirem prejuízos financeiros causados ao BNB no período de 1997 a 2000.

• Impeachment do Collor

Em 1992, os bancários do Ceará organizaram manifestações e protestos bem humorados e criativos, contra a corrupção denunciada no governo de Fernando Collor e contra suas medidas econômicas. O movimento, do qual os bancários participaram ativamente, provocou o impeachment do primeiro presidente eleito após o período da ditadura militar.

• Caravanas

No final da década de 1990, o Sindicato realizou caravanas em defesa do patrimônio público contra as privatizações dos Correios, Petrobras e bancos. Foram percorridos 132 municípios do Ceará. Nessa época, o movimento sindical vivenciou novos desafios. Apesar da gestão FHC, o movimento bancário continuou brigando pelas bandeiras da categoria e em defesa da sociedade.

Presidentes do SEEB/CE desde 1988



Nelson Martins (BB), mandatos: 1988 /1991 e 1991/94



Tomaz de Aquino (BNB), mandatos: 1994/1997 e 1997/2000 e de 2000/2003



Vaumik Ribeiro (CEF), mandato: 2003/2006



Marcos Saraiva (CEF), mandato: 2006/2009



Carlos Eduardo (BB), mandato: 2009/2012

Assaltos: violência que deixa marcas

Ano após ano a história se repete: assaltos cada vez mais ousados e bancários e clientes desprotegidos. Em 2009, foram 19 ações, contra as oito registradas em 2008, resultando num crescimento de mais de 100% no número de assaltos. Desses ataques, 15 foram no Interior. Também em 15 casos, os trabalhadores bancários estiveram expostos à violência. Em oito episódios funcionários e/ou clientes foram feitos reféns.

E o ano de 2010 promete. Só no mês de janeiro, três agências sofreram a ação dos bandidos no interior do Ceará, o que chocou a população e foi notícia em todo o País. Na cidade de Pedra Branca, duas pessoas foram baleadas durante a ação violenta: um vigilante do Banco do Brasil e um agricultor. Os bancários sofreram tortura psicológica intensa.

Nos últimos anos, chama a atenção o interesse dos assaltantes no interior do Estado, que tem um sistema de segurança mais fraco e oferece mais possibilidades de fuga após o ataque. Tem-se observado que há um período específico do mês de maior interesse para os bandidos. A agressividade, forte armamento e organização com que os assaltantes vêm agindo deixa temerosos os bancários que moram na mesma cidade em que trabalham. Casos de sequestro do trabalhador e da família têm se tornado frequentes.

Da humilhação de ter que sacar dinheiro da própria conta bancária para dar aos assaltantes, passando pelo transporte ilegal de valores que termina em assalto, até o extremo de ser mantido em cárcere privado junto dos familiares ou presenciar mortes no ambiente de trabalho: de tudo acontece aos bancários em decorrência do descaso dos bancos com relação à segurança. De 2007 para cá, em todo o País e especificamente no Ceará, foram várias ações como essas. Afora isso, a tortura psicológica infligida aos trabalhadores pelos bandidos é uma triste realidade e deixa lembranças para o resto da vida.

Diante dessa realidade, o Sin-

AÇÕES CRIMINOSAS CONTRA AGÊNCIAS BANCÁRIAS ATÉ 15/3/2010

5 DE JANEIRO – Uma quadrilha composta por cerca de 20 assaltantes invadiram a cidade de Pedra Branca (261 km de Fortaleza) e assaltaram as duas agências bancárias do município: Bradesco e Banco do Brasil. Duas pessoas foram baleadas durante a ação violenta: um vigilante do Banco do Brasil e um agricultor.

14 DE JANEIRO – Cinco homens armados com pistolas invadiram o Banco do Brasil da cidade de Banabuiú, no Sertão Central do Estado (a 215 km de Fortaleza).

26 DE FEVEREIRO – O gerente e um funcionário da agência do Banco de Brasil de Novo Oriente (495 Km de Fortaleza) foram feitos reféns durante uma tentativa de assalto dia 26/2. Uma quadrilha, formada por, pelo menos, seis homens armados de pistola, invadiu a agência, mas não conseguiu roubar o dinheiro devido a rápida chegada do destacamento da PM ao local. Os dois funcionários foram libertados ainda dentro da cidade de Novo Oriente.

9 DE MARÇO – Uma quadrilha formada por oito a dez homens armados com fuzis, escopetas e pistolas assaltaram a agência do Bradesco do Município de Guaraciaba do Norte (317 km de Fortaleza). Os assaltantes ainda efetuaram disparos para o alto, durante a saída da agência, para evitar a aproximação da Polícia. Ninguém ficou ferido, mas um funcionário foi feito refém e libertado pelos assaltantes à aproximadamente 2 km de distância da saída da cidade, em direção ao Município de Ipú.



dicato dos Bancários do Ceará está alerta e reivindica que os bancos não apenas cumpram a lei de segurança nas agências, mas instalem detectores de metais antes dos caixas eletrônicos e coloquem vidros à prova de bala. Para garantir a segurança dos trabalhadores, e não apenas do dinheiro, como têm feito os banqueiros, a direção do Sindicato lembra a importância de um programa de proteção à saúde e à vida do trabalhador bancário. Destaca-se a necessidade de acompanhamento ao funcionário vítima da insegurança e declara que além de tudo, nos bancos privados, após um assalto os bancários costumam ser demitidos, ou seja, são penalizados por algo que não têm

culpa, o que representa uma situação cruel e desrespeitosa para com os trabalhadores.

O Sindicato também cobra medidas do governo do Estado, mais especificamente da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado (SSPDS). A diferença entre o papel do vigilante e o do policial, entre a segurança bancária e a segurança pública, papel da SSPDS: são coisas bem diferentes. O vigilante não pode reagir a um assalto. Por isso, uma outra reivindicação é que a SSPDS pense uma política especializada para combater o crime organizado no interior do Ceará, o que tem de vir acompanhado de um aumento no efetivo de policiais.

Terceirização: um mal necessário ou apenas mais uma manobra dos banqueiros?

A terceirização tem sido cada vez mais utilizada nas empresas privadas e até nas públicas. Até aí, não há problema nenhum. Acontece que para que essa forma de contratação tenha êxito é necessário o cumprimento de vários procedimentos e regras legais.

Os contratantes de serviços terceirizados são co-responsáveis pela mão-de-obra terceirizada em suas dependências perante reclamações trabalhistas. Isto significa, que poderão responder por dívidas trabalhistas e previdenciárias de empregados que trabalhem em suas instalações, embora vinculados a empresas de prestação de serviços.

É outra coisa mais grave: a terceirização pode ser aplicada em todas as áreas da empresa definida como atividade-meio, mas nunca, em hipótese alguma, em atividade-fim.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no art. 581, parágrafo 2º, dispõe que se entende por atividade-fim a que caracterizar a unidade do produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional. É ilegal a terceirização ligada diretamente ao produto final, ou seja, a atividade-fim. Isolando a atividade-fim, todas as demais podem ser legalmente terceirizadas. É justamente aqui que os bancos estão pecando.

Hoje, em praticamente todos os setores de uma agência bancária existem trabalhadores terceirizados. No fim, acabam, terceirizado e bancário, realizando as mesmas funções, sendo que o terceirizado está sempre aquém no que se refere às condições de trabalho. Além disso, a força de trabalho barata constitui o principal fundamento da capacidade de concorrência entre empresas terceirizadas, executantes de serviços bancários do setor de Tesouraria, Retaguarda e Compensação.

Como se não bastasse, ainda é possível encontrar estagiários que estão em desacordo com o espírito original da lei que regula o aprendizado, uma

Correspondentes bancários também devem ser regulamentados

Está em tramitação na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que garante a inclusão na categoria bancária dos trabalhadores que atuam como correspondentes bancários. Se aprovado, o projeto atende a uma das mais importantes reivindicações da Contraf-CUT e corrige uma grande distorção produzida pelos bancos. Entretanto, desde agosto de 2007 que o projeto aguarda apreciação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara.

O projeto de lei 1417/07, do deputado licenciado Carlos Bezerra, prevê que os empregados de empresas credenciadas para a prestação de serviços de correspondente bancário sejam incluídos na categoria. Com isto, fica garantido o cumprimento da Convenção Coletiva, como a equiparação da jornada de trabalho e salários. Os trabalhadores do setor de correspondente bancário atualmente cumprem jornada de 8 horas diárias e 44 semanais e são contratados como comerciários.

A função de correspondente bancário foi criada pela Resolução 2.707/00 do Conselho Monetário Nacional. O objetivo era permitir que a população de localidades distantes ou de bairros pobres, sem agência bancária, tivesse acesso a serviços básicos. Entretanto, os correspondentes só atuam hoje nos principais bairros dos centros urbanos.

Segundo dados da Associação Brasileira dos Agentes Bancários (Asbracob), existem no Brasil aproximadamente 90 mil pontos de atendimento de correspondentes bancários. O número supera a quantidade de agências bancárias no País, que é de cerca de 50 mil.

imensidão de trabalhadores temporários que flutuam de acordo com a demanda, configurando fraude nas relações de trabalho.

FALTA DE LEGISLAÇÃO –

Desde 1998, tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei 4.302, que regulamenta a terceirização. A falta da regulamentação da atividade abre espaço para a precarização, ao nivelar as empresas sérias com as de fachada, além de serem identificados vários casos de desvio de função. “Na verdade, o que se cria com esse tipo de terceirização fraudulenta é a precarização do atendimento à população. Não se contrata bancário porque é mais barato terceirizar, mas ao mesmo tempo, esse trabalhador é explorado de maneira cruel, não diminuindo também a responsabilidade e as metas diárias dos bancários”, afirmou o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra.

PROPOSTAS – A CUT, as demais

centrais sindicais e o Ministério do Trabalho e Emprego concluíram no dia 5/1, o Projeto de Lei (PL) que regulamenta o contrato dos empregados que prestam serviços terceirizados, estendendo direitos trabalhistas e previdenciários. Se for aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República, os terceirizados que trabalham nos bancos terão garantido as mesmas conquistas dos bancários.

Atualmente já existe no Congresso Nacional uma outra proposta desta natureza apresentada pelo deputado federal Vicentinho (PT/SP), elaborada e discutida com a CUT e as demais centrais sindicais. Trata-se do PL 1621/07, que garante ao trabalhador terceirizado, o direito à informação prévia, a proibição da terceirização na atividade fim, a responsabilidade solidária da empresa contratante e a ampliação dos direitos dos trabalhadores do setor privado, ou seja, o fim da distinção de salários, das jornadas, dos benefícios e das condições de saúde e segurança entre os trabalhadores.

Violência contra a mulher persiste apesar da lei

A violência familiar e doméstica contra as mulheres ainda se constitui um entrave para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e para garantia de respeito aos seus direitos. Segundo dados da Coordenadoria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Coin/SSPDS), 143 mulheres foram assassinadas no Ceará de janeiro a novembro de 2009. Houve um aumento de 72% dos homicídios dolosos contra as mulheres em relação ao mesmo período de 2008. O ano de 2009 foi apontado como um dos mais violentos para as mulheres. Dentre esses crimes, 37,7% foram crimes passionais, ou seja, motivados pelo ciúme.

A psicóloga do Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher (CERAM), Lúcia de Fátima Pinheiro, acredita que esse aumento se deve aos questionamentos de legitimidade da Lei Maria da Penha principalmente no ano de 2009. “No momento que a Lei Maria da Penha foi questionada, o homem se fortaleceu. Ele mesmo não acredita na Lei Maria da Penha”.

Apesar de todos os questionamentos, a Lei ainda está em vigor e é através dela que o CERAM realiza ações de apoio às mulheres que sofrem violência doméstica. O Centro é um serviço do Governo do Estado e está ligado à Secretaria de Saúde. As mulheres agredidas encontram suporte de assistência à saúde, de serviço social, assistência jurídica e psicossocial. Durante o ano de 2009, o CERAM atendeu a 1.324 mulheres.

Segundo Fátima Pinheiro, a violência física é a mais denunciada, mas ela sempre está acompanhada de outros tipos de violência. “Só depois de alguns anos que as pessoas começaram a ver que a violência psicológica e emocional é violência. E algumas mulheres vêm esse tipo de agressão como se fosse algo natural”, explica. A Lei Maria da Penha reconhece cinco tipos de violência contra a mulher: a violência física, a psicológica, a patrimonial, a sexual e a moral. Todas elas são crimes e, quando denunciadas, acarretam em punição.

TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

VIOLÊNCIA FÍSICA: entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade e a saúde da mulher.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: qualquer conduta que cause danos emocionais, diminuição da auto-estima, prejudique o pleno desenvolvimento ou tenta controlar as ações da mulher (ameaça, humilhação, vigilância constante, perseguição, chantagem, etc).

VIOLÊNCIA SEXUAL: entendida como qualquer conduta que a force a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada; que force a prostituição e ao aborto mediante coação; que impeça a utilização de métodos contraceptivos; ou que limite ou anule o exercício da sexualidade e da reprodução.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL: qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição (parcial ou total) de qualquer patrimônio da mulher.

VIOLÊNCIA MORAL: conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A psicóloga também explica que não existe um perfil de mulher agredida. Ou seja, independente de classe social, nível educacional ou qualquer outro fator social. “Sempre tem a violência contra a mulher. Algumas camuflam mais, mas depois da [Lei] Maria da Penha elas passaram a denunciar”. Fátima Pinheiro aponta que a orientação é essencial para que a mulher se sinta encorajada para realizar a denúncia. Por isso é necessário que todos os profissionais envolvidos no atendimento estejam preparados, desde o atendimento policial até a equipe multidisciplinar.

A mulher vítima de violência deve procurar a Delegacia da Mulher e realizar um Boletim de Ocorrência. Se necessário, ela será encaminhada ao IML para realizar o exame de corpo de delito. Depois, a vítima é encaminhada ao CERAM, onde ela receberá apoio psicológico, social e jurídico.

O CERAM também oferece assistência de saúde aos familiares da vítima. O atendimento é feito no período noturno, das 17h às 21h, e abrange desde a clínica geral à especialidades (Pediatria, Urologia, Psicologia, Assistência Social e Enfermagem).

A LEI – A Lei Nº 11.340/06 é um marco para a conquista dos direitos das mulheres. Foi a partir dela que a violência contra mulher deixou de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo e passou a ser considerada uma violação aos direitos humanos. Antes da sanção da Lei, os agressores pagavam pena com cestas básicas ou multas. Atualmente a pena varia de 3 meses a 3 anos de prisão e pode ser aumentada em um terço caso crime seja cometido contra pessoa portadora de deficiência. A lei também decretou a implantação de varas especializadas para atendimento de denúncias de violência contra a mulher.

A Lei recebeu o nome Maria da Penha em homenagem a biofarmacêutica cearense, Maria da Penha Maia Fernandes. Ela sofreu duas tentativas de homicídios de seu ex-marido, Marco Antonio Herredia Viveiros, e ficou paraplégica. Maria da Penha lutou muitos anos na justiça e, somente em 2002, com o envolvimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), Viveiros foi preso e condenado a cumprir pena de dois anos de prisão.

Licença maternidade: bancárias comemoram Dia Internacional da Mulher com grande conquista

Os quatro grandes bancos privados (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e HSBC), cedendo à pressão dos sindicatos e da Contraf-CUT, aderiram entre janeiro e fevereiro ao Programa Empresa Cidadã, implementando na prática a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias. O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil e a Caixa Econômica Federal já haviam aderido ao programa no ano passado. O direito de as mães bancárias permanecerem dois meses a mais com seus filhos recém-nascidos é uma das grandes conquistas da Campanha Nacional de 2009.

A primeira cláusula sobre Igualdade de Oportunidades foi incluída na Convenção Coletiva dos Bancários em 2000, abrindo uma nova frente de luta que vem avançando desde então. A ampliação da licença-maternidade para 180 dias é um marco importante nessa caminhada, que não deve ser compreendida como uma conquista apenas das mulheres bancárias, mas de toda a sociedade, uma vez que esse período a mais permitirá um desenvolvimento saudável do bebê e dará segurança para a mãe quando retornar ao trabalho.

A funcionária do Santander, Marglayde Macêdo, está na expectativa. Ela teve o segundo filho no dia 1º/3 e pediu a prorrogação da licença. Marglayde conta que o banco mandou mensagem via intranet para as gestantes que queriam prorrogar a licença-maternidade. Elas preencheram uma solicitação e enviaram para o RH da empresa, que deve dar a resposta ao gestor da unidade. A bancária está na espera, mas o banco não deu nenhuma data-limite para a resposta.

“Esse é o meu segundo filho, mas é como se fosse o primeiro. O grande diferencial é porque o meu primeiro filho foi parto natural, e esse foi cesariano. Então só agora, depois de onze dias, é que eu consigo me levantar. Além disso, tenho uma deficiência física, uso uma



prótese em um dos braços”, conta.

Os seis meses de licença-maternidade coincidem com o período indicado pelos médicos para a amamentação como exclusiva fonte de alimentação da criança. “Quando eu voltar a trabalhar ele já vai estar bem ‘independente’”,

brinca. Para a trabalhadora, além de uma questão de saúde da criança, o período da licença é importante para que a mãe tenha contato com o filho: “é a melhor fase da criança, a gente tem que aproveitar. Se temos um direito, por que não usufruir?”.

MAIS SOBRE A LICENÇA:

- A empregada tem de requerer a prorrogação do salário-maternidade até o final do primeiro mês após o parto.
- A Lei também vale para as mulheres que adotaram ou obtiveram guarda judicial para adoção de criança, em variados períodos, a depender da idade da criança.
- Observadas as normas complementares a serem editadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido, em cada período de apuração, o total da remuneração da empregada pago no período de prorrogação de sua licença-maternidade, vedada a dedução como despesa operacional.

Rádio Bancários: o diálogo do Sindicato com o grande público

EM TEMPOS EM QUE NÃO HAVIA INTERNET, A COMUNICAÇÃO DO SINDICATO COM A SUA BASE ACONTECIA, PRINCIPALMENTE, POR MEIO DO JORNAL TRIBUNA BANCÁRIA, CUJA CIRCULAÇÃO ATINGIA SOMENTE A CATEGORIA BANCÁRIA, COM 12.500 EXEMPLARES SEMANALMENTE. AO LONGO DOS ANOS, A ENTIDADE SENTIU A NECESSIDADE DE DIALOGAR TAMBÉM COM O GRANDE PÚBLICO. SURTIU, ENTÃO, A IDEIA DE UTILIZAR UMA MÍDIA BASTANTE POPULAR: O RÁDIO. ASSIM, EM 20/4/1993, VEICULADO PELA RÁDIO UNIVERSITÁRIA, FOI AO AR PELA PRIMEIRA VEZ O PROGRAMA RÁDIO BANCÁRIOS. EM SUA HISTÓRIA, HUMORISTAS, CANTORES E POLÍTICOS – DESTAQUES DA CENA LOCAL E NACIONAL – PASSARAM POR LÁ, FATO QUE AJUDOU O PROGRAMA A ALCANÇAR O SEGUNDO LUGAR EM AUDIÊNCIA NO HORÁRIO POR UM DETERMINADO PERÍODO. PELA IMPORTÂNCIA DESTA PROJETO PARA A COMUNICAÇÃO SINDICAL, A REVISTA O BANCÁRIO PUBLICA NESTA EDIÇÃO UMA CONVERSA COM O RADIALISTA E APRESENTADOR DA RÁDIO BANCÁRIOS, NONATO LIMA, QUE RESGATA UM POUCO DA HISTÓRIA DO PROGRAMA. CONFIRA!



O jornalista e radialista Nonato Lima é o coordenador do Programa Rádio Bancários

Revista O Bancário – Fale um pouco da história da Rádio Bancários. Como se deu a implementação desse projeto?

Nonato Lima – Já existia a produtora Rádio Extra, que tinha como objetivo principal desenvolver projetos de comunicação para os movimentos sindical e social. Dentro do projeto que a gente desenvolveu havia um desejo de ter um programa de rádio diário (de segunda a sexta-feira). O Sindicato dos Bancários queria expandir sua atuação e seu diálogo com a sociedade e viu que um programa de rádio seria uma experiência interessante.

Por quanto tempo o projeto ficou como ideia, até ser aplicado?

Nonato Lima – Pelo menos uns dois anos. Num primeiro momento, queríamos fazer um programa para e com o movimento sindical. Os sindicatos e a CUT estavam envolvidos nesse projeto. O Sindicato dos Bancários insistiu por um bom tempo buscando se articular com outras entidades, pois, do ponto de vista da manutenção, essa iniciativa tornaria o projeto mais viável. Mas não conseguimos fazer um programa com todos os sindicatos que a gente queria envolver. Então, em 1993, o Sindicato dos Bancários do Ceará

partiu sozinho para viabilizar o projeto e botar o programa no ar. Esse período durou, no máximo, uns três meses.

Como era constituída a equipe no início?

Nonato Lima – O grupo era formado por jornalistas e radialistas e eram umas seis pessoas: um locutor, um operador de áudio e mais quatro jornalistas.

E atualmente, como ela se encontra?

Nonato Lima – Atualmente são três profissionais. Eu faço a locução e operação; a Lúcia Helena é a produtora e a Andréia responde pela gestão. No final das contas, a gente trabalha em conjunto e a produção sai planejada em equipe.

Fale sobre a divisão do programa.

Nonato Lima – Hoje ele é dividido em entrevistas, notícias e divulgação publicitária (eventos e assuntos de interesse do Sindicato). Na abordagem, a predominância maior se dá por assuntos da categoria, mas a gente também aborda temas gerais. Nem sempre foi assim. Num primeiro momento, trabalhamos a ideia de um programa mais abrangente que visasse o grande públi-

co. Depois, em função das demandas do SEEB/CE, começou-se a dar uma ênfase aos temas ligados a bancários e assim estamos atualmente.

Por um tempo, o programa trabalhou com humor em seu espaço. Como surgiu essa ideia?

Nonato Lima – A ideia era fazer um programa que não fosse um panfleto, algo puramente político, sisudo, distante demais. O humor daria uma maior leveza ao programa, além de ter a capacidade de provocar debates e críticas. O humor consegue driblar até mesmo a censura para fazer sua crítica.

Qual a importância da Rádio Bancários para a comunicação sindical?

Nonato Lima – Como disse o deputado estadual Nelson Martins (PT), quando ele era presidente do SEEB/CE, a Rádio Bancários provocou um aumento no número de pessoas que começaram a frequentar as assembleias e outros movimentos do Sindicato. Esse é um ponto importante: o programa conseguiu mobilizar a categoria. Como o bancário tem o espaço para expressar o seu pensamento, a compreensão do público à luta da categoria melhorou também. A voz dos trabalhadores não está nos meios de comunicação. Para virar notícia na mídia convencional, ele tem que fazer greve ou perder muito emprego. No nosso programa, o trabalhador é notícia.

Quais as mudanças registradas na Rádio Bancários ao longo desses 17 anos?

Nonato Lima – As mudanças aconteceram no sentido de modernizar a comunicação e dar mais dinamismo ao programa. Antes havia quadro de humor e eram feitas reportagens, gravadas antes da sua execução na Rádio Bancários. Saiu o quadro de humor e passamos a trabalhar focados em entrevistas ao vivo, com notícias e serviços, tanto de interesse geral como dos bancários, propriamente. Passamos para o modelo de jornalismo moderno, buscando mais notícias relevantes e do momento, deixando as gravações de reportagens. Assim conquistamos mais audiência para o programa, principalmente porque também trabalhamos os grandes temas, como educação, meio ambiente. Isso somando-se à comunicação já feita pelo Sindicato tradicionalmente

Hoje o Sindicato dos Bancários do Ceará incorporou o programa Rádio Bancários à sua página na Internet, com atualização diária. Qual sua



avaliação e qual a repercussão desse programa estar no site do Sindicato?

Nonato Lima – É interessante e muito importante essa ideia da integração das mídias. A pessoa que não ouve o programa por falta de condições naquele horário, ou seja das 7h30 às 8 horas da manhã, seja por qual motivo for, pode ouvir o nosso programa Rádio Bancários comodamente no horário da sua escolha, inclusive repetir, se desejar. Quero lembrar também que o nosso programa também está online na mesma hora que vai ao ar, na FM Universitária, no site www.radiouniversitariafm.com.br, onde tem um link direto do programa, que pode ser ouvido em qualquer lugar, seja aqui, em outros estados, no exterior. Temos significativos acessos nesse site da FM Universitária. esperamos também estar computando esses acessos no link do programa no site do Sindicato.

Deixe uma mensagem sobre a comemoração dos 17 anos da Rádio Bancários.

A Rádio Bancários é um dos importantes meios de comunicação do Sindicato dos Bancários do Ceará. Costumo dizer que os trabalhadores precisam falar e ter o seu espaço. A comunicação tem o poder de mobilização. É um espaço de luta pela democracia na comunicação. Para isso, é preciso haver um projeto político consciente para os trabalhadores. A Rádio Bancários, bem como todos os veículos do SEEB/CE, cada dia mais atuantes, influenciam a mídia de muitos sindicatos.



Nonato Lima e a produtora do programa Lúcia Helena



Mobilização é a chave para

É na hora de contabilizar as conquistas que se mede o quanto é importante a mobilização. Durante a campanha salarial de 2009, a garra, união e mobilização da categoria bancária garantiram a melhor Participação nos Lucros e Resultados (PLR) desde 1995. Além disso, a greve foi responsável por barrar a intenção dos banqueiros de reduzir a PLR criando um modelo de distribuição prejudicial aos bancários.

A nova PLR, conquistada com a maior greve dos bancários dos últimos 20 anos, é a maior regra de distribuição de lucro da categoria desde 1995, quando ela foi incluída pela primeira vez na Convenção Coletiva de Trabalho.

Entretanto, a categoria precisa continuar mobilizada para alcançar novos avanços na PLR. Em 2009, o setor bancário brasileiro obteve lucros recordes que se destacam em um ano de crise mundial. No ano passado, segundo a agência de risco Austin Rating, os oito principais bancos privados do País tiveram em conjunto um lucro líquido de R\$ 23,174 bilhões, número superior em 24,1% ao de 2008. Os bancos públicos também alcançaram lucros recordes. Por outro lado, as instituições financeiras, notadamente no último ano, vêm lançando mão de

balanços com tipos diferentes de lucros que distorcem o cálculo do pagamento da PLR, principalmente no que se refere ao valor adicional.

Essa bagunça é ainda maior nos bancos em fusão (Itaú Unibanco, Santander Real, Banco do Brasil e Nossa



Caixa) com mais de 230 mil bancários envolvidos. Os ajustes contábeis resultantes dessas composições entre as empresas prejudicam demais o pagamento da PLR, sem que os bancários deixem de trabalhar tanto ou mais que antes. Os banqueiros estão ganhando muito com as fusões e estão querendo reduzir o que pagam aos funcionários e isso os bancários não podem admitir.

A regra básica da PLR passou a

ser 90% do salário mais R\$ 1.024,00, com teto de R\$ 6.680,00. O valor pode ser majorado até que seja distribuído pelo menos 5% do lucro líquido, podendo chegar a 2,2 salários, com teto de R\$ 14.696,00. Além disso, os bancários receberam um novo adicional de PLR de 2% do lucro líquido distribuídos de forma linear, com teto de R\$ 2.100,00, sem depender do crescimento do lucro e sem desconto nos programas próprios de remuneração de cada banco.

Essa mudança representou um ganho de R\$ 433 milhões em 2009, uma vez que a maioria dos bancários não receberia essa parcela se fosse mantida a regra anterior baseada na variação do crescimento do lucro. No fim das contas, a força da unidade da categoria garantiu uma conquista de cerca de R\$ 1,642 bilhão nos bolsos dos bancários.

“Essa foi mais uma importante conquista que entra para a história da luta dos trabalhadores bancários e que também foi decisiva para a manutenção do nível de ganhos da categoria. Mas precisamos continuar mobilizados para fazer com que os banqueiros distribuam uma PLR compatível com seus lucros e com a participação dos bancários na formação dessa lucratividade”, afirmou o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra.



conquistar avanços na PLR

VEJA COMO FICOU A PLR NOS BANCOS PÚBLICOS

BANCO DO BRASIL – Conforme o acordo firmado em 2009, o valor fixo da PLR é resultante da distribuição de 4% do lucro líquido do semestre mais a metade do valor da Fenaban, cabendo, assim, a cada funcionário R\$ 3.049,00. A essa quantia some-se mais 45% do valor do salário paradigma ou do VR, conforme o caso. Os ocupantes de cargos de comissão receberão ainda o módulo bônus, de modo a complementar, no mínimo, dois salários. Os postos efetivos irão embolsar cerca de R\$ 3.740,00 e o caixa cerca de R\$ 4.100,00 (valores brutos).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

– Pelo acordo aditivo entre o banco e os trabalhadores, a empresa deve garantir aos bancários um valor mínimo de PLR conforme o cargo ocupado pelo trabalhador, variando de R\$ 4 mil até R\$ 10 mil. Da PLR calculada com base no lucro auferido pelo banco em 2009, será descontada a primeira parcela já recebida pelos trabalhadores em 3/11/08.

BNB – O Banco seguiu a regra da Fenaban dentro do limite imposto pelo DEST. Porém, não há teto. A PLR variou de 1,07 a 2,7 salários para quem recebe o piso de R\$ 1.400,00.

A EVOLUÇÃO DA PLR DOS BANCÁRIOS

Ano	Regra básica	Limite básico	Majoração	Teto majoração
1995	72% salário mais R\$ 200	----	----	----
1996	60% salário mais R\$ 270	2 salários	até 2 salários	----
1997	80% salário mais R\$ 300	R\$ 3.000	até 2 salários	R\$ 6.000
1998	80% salário mais R\$ 300	R\$ 3.000	até 2 salários	R\$ 6.000
1999	72% salário mais R\$ 400	R\$ 3.250	até 2 salários	R\$ 6.500
2000	80% salário mais R\$ 450	R\$ 3.500	até 2 salários	R\$ 7.000
2001	80% salário mais R\$ 500	R\$ 3.800	até 2 salários	R\$ 7.600
2002	80% salário mais R\$ 550	R\$ 4.100	até 2 salários	R\$ 8.200
2003	80% salário mais R\$ 650	R\$ 4.617	até 2 salários	R\$ 9.234
2004	80% salário mais R\$ 705	R\$ 5.010	até 2 salários	R\$ 10.020
2005	80% salário mais R\$ 800	R\$ 5.310	até 2 salários	R\$ 10.620
2006	80% salário mais R\$ 828	R\$ 5.496	até 2 salários	R\$ 10.992
2007	80% salário mais R\$ 878	R\$ 5.826	até 2 salários	R\$ 11.652
2008	90% salário mais R\$ 966	R\$ 6.301	até 2,2 salários	R\$ 13.862
2009	90% salário mais R\$ 1.024	R\$ 6.680	até 2,2 salários	R\$ 14.696

PARCELA ADICIONAL (A PARTIR DE 2006)

REGRA	CONDICIONANTE
2006 – 8% da variação do lucro líquido limitado a R\$ 1.500	se lucro crescer acima de 15% garante no mínimo R\$ 1.000
2007 – 8% da variação do lucro líquido limitado a R\$ 1.800	se lucro crescer acima de 15% garante no mínimo R\$ 1.200
2008 – 8% da variação do lucro líquido limitado a R\$ 1.980	se lucro crescer acima de 15% garante no mínimo R\$ 1.320
2009 – 2% do lucro distribuído de forma linear, limitado a R\$ 2.100. Não tem condicionante	

LER/DORT: como vencer o preconceito e a indiferença

Os dedos inchados não suportam mais nem o aperto de mão da filha de sete anos. O polegar não consegue tocar o dedo anular e o uso do mouse incomoda bastante. Abrir garrafas de refrigerante e jogar vôlei ou futebol, nem pensar. Dirigir só se for com direção hidráulica. São dores intensas, “finas”, decorrentes de três “ites”: hipercondilite, tendinite e bucite.

Essa é a vida de Almeida, diagnosticado com LER/Dort (Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho) há mais de três anos, embora já sofresse as dores há bem mais tempo. Bancário há 30 anos, 24 deles dedicados ao Banespa e Santander, 22 como caixa, o trabalhador enfrentou longa batalha até o reconhecimento da doença, mas obteve o apoio do Sindicato dos Bancários. “Eu devo todo o amparo, toda a assistência e informação ao Sindicato. O Eugênio (Silva, da Secretaria de Saúde) foi melhor que um médico pra mim! Ele me deu todas as informações: como ir ao INSS, ao médico, amparo jurídico”, declara.

O trabalhador revela uma trajetória comum, infelizmente. Os médicos do banco não queriam admitir a LER/Dort e os médicos do INSS eram preconceituosos e indiferentes: “eles tratam a gente assim... como se fosse uma coisa que não tem nada a ver com eles, sabe?”, desabafa.

Para ele, os bancos “deveriam se preocupar um pouco mais com a prevenção, porque as pessoas sofrem com dores, que vão aumentando, aumentando, e aí quando descobrem a doença, ela já está instalada e (as pessoas) ficam quase que inutilizadas para função”. Ele critica a ausência da ginástica laboral no Santander, como há em outros bancos.

Ele já esteve afastado por quase um ano, contando todos os períodos

de afastamento. Hoje, trabalha em funções que repetem menos o movimento e muda de atividade quando está cansado. Almeida não entende o porquê de não estar aposentado, pois, segundo ele, na agência em que trabalha há quatro funcionários aposentados devido à LER/Dort. “Não sei por quê, eu tenho um histórico longo da doença, mas o INSS não quer me aposentar”, questiona.

História parecida é a de Albaniza Machado, 42 anos, funcionária do Banco Real desde 2003. Um ano depois da contratação, começou a sentir dores no ombro esquerdo. Era a Ler/DORT que se apresentava. A bancária identifica a raiz do problema no ambiente de trabalho prejudicial: “o equipamento é padronizado com autenticadora e leitora sempre do lado esquerdo. O banco não usa máquina para contar dinheiro, então é tudo manual, para evitar notas falsas”, conta.

A doença mexe também com atividades simples, do cotidiano de qualquer pessoa, mas que são importantes, como carregar sacolas ao fazer compras no supermercado, lavar roupas, limpar a própria casa etc. “Pra tudo isso eu preciso de

ajuda, não consigo fazer sozinha”.

Nascida em Juazeiro do Norte, a trabalhadora foi contratada como pessoa com deficiência, pelo banco Real, em Minas Gerais, onde residia à época. No ano passado, precisou voltar ao Ceará, pois o pai estava doente. Foi demitida. Falou com um amigo e disse que não aceitava a demissão; ele orientou-a a procurar o Sindicato que, através da Secretaria de Saúde, lhe passou todas as instruções de como proceder. Albaniza solicitou ao RH da empresa o perfil psicográfico e fez duas perícias no INSS. A CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) foi emitida. “Tudo através do SEEB”, destaca. A bancária se afasta periodicamente do trabalho, toma medicamentos e faz fisioterapia.





Gasb: Sindicato promove encontros solidários

O Gasb (Grupo de Apoio à Saúde dos Bancários) se reúne sempre na última quinta-feira do mês e é organizado há cinco anos pela Secretaria de Saúde do SEEB/CE. O grupo conta com a orientação de Regina Maciel, assessora de Saúde do Sindicato, e, mais recentemente, com a colaboração de duas estudantes de Psicologia.

A proposta do Grupo é manter uma discussão permanente sobre as enfermidades que afligem a categoria, bem como a troca de informações inerentes à convivência diária com as doenças adquiridas durante o horário de serviço e relatos dos bancários que passam por isso. O grupo tem entre 8 e 12 participantes, bancários que têm Ler/Dort ou sofrem com o assédio moral na empresa. Os encontros duram uma hora.

Regina Maciel explica que o GASB é uma clínica da atividade. “Não é terapia nem atendimento particular. É um espaço onde as pessoas possam conversar sobre o trabalho e os problemas decorrentes dele. Isso do ponto de vista da Psicologia aumenta a auto-estima do indivíduo, porque ele se sente muito só, sem apoio desde o momento em que adocece, e nesse espaço, no grupo, ele se sente acompanhado”. A assessora de Saúde conta que as pessoas vão melhorando e se afastam do grupo, o que é um processo natural, mas alguns continuam a frequentar o espaço para apoiar os colegas.

Albaniza, participante do grupo, declara que o Gasb é “tudo de bom pra gente ter mais noção de como proceder – a gente aprende a identificar a hora certa de afastar, como lidar com a situação etc. Eu adoro também ouvir as histórias dos outros bancários”.

Para participar, basta ligar para a Secretaria de Saúde e deixar nome e telefone. Além do Gasb, a Secretaria atende, diariamente, a partir das 8 horas, bancários interessados em tirar dúvidas com relação ao direito trabalhista e previdenciário, e também relacionadas a problemas administrativos entre bancário e banco – por exemplo, na emissão da CAT, que, se o banco se negar a fazer, o SEEB emite. Como material de apoio, o Sindicato já editou algumas cartilhas, dentre elas o Guia da Saúde do Bancário: tudo o que você precisa saber, bastante apontado pelos trabalhadores como um importante instrumento de informação.

Os vilões do ambiente de trabalho

Responsáveis por mais de 45% dos benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social, as LERs/Dort (Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteo-musculares Relacionados ao Trabalho) são símbolo do descaso das empresas no que diz respeito à integridade física e mental de seus funcionários. De acordo com Rosemary Cavalcante, coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), as LERs/Dort são o que mais gera afastamento no Ceará.

Consideradas como questão de saúde pública mundial, as lesões são acarretadas por atividades desenvolvidas diariamente no ambiente de trabalho, resultando em dor e sofrimento ao trabalhador, podendo inclusive atingir estágios irreversíveis. Segundo o diretor do SEEB/CE, Eugênio Silva, os problemas são oriundos da falta de mobiliário ergonomicamente correto e também da imposição de metas abusivas, o que faz com que o bancário trabalhe mais rápido e, conseqüentemente, causa as LERs/Dort.

Diante da gravidade, desde o ano 2000, o último dia do mês de fevereiro é lembrado em vários países como o Dia Internacional de Conscientização sobre as LERs/Dort, numa tentativa de difundir as causas, as formas de prevenção e, assim, reverter o quadro da doença, até então responsável por inúmeros afastamentos do trabalho.

Dentre as categorias mais afetadas estão os bancários, metalúrgicos, digitadores, operadores de linha de montagem, operadores de telemarketing, secretárias e jornalistas. Na categoria bancária, os afastamentos decorrentes das lesões são, em média, de 493 dias contra uma média nacional de 269 dias.

BB: revisão do PCCS e implantação do plano odontológico são prioridades para 2010

A unificação da Campanha Salarial tem se mostrado, ao longo dos anos, uma importante conquista para os funcionários do Banco do Brasil. De 2004 para cá, o funcionalismo do BB tem conquistado reajustes acima da inflação, a PLR é referência para os demais bancos, além de garantirem o retorno de benefícios que tinham sido retirados arbitrariamente pelo governo FHC, em 1998. As principais bandeiras de luta de 2010 giram em torno do PCCS e do plano odontológico, além da busca constante da isonomia para todos.

As reuniões das mesas temáticas iniciaram já no começo do ano. Na última reunião, dia 3/3, o funcionalismo reivindicou critérios mais transparentes em todo o processo de comissionamentos. "A autonomia ainda é do gestor. Ele pode preterir alguém por motivos meramente pessoais. Ainda há muitas questões subjetivas, por isso já apresentamos algumas ideias para que os critérios possam ser observados com mais objetividade", ressalta Eduardo Araújo, coordenador da Comissão de Empresa dos funcionários do banco (CEBB).

Os representantes dos funcionários discutiram ainda algumas sugestões a serem estudadas para possível implantação dentro do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS). Essas sugestões serão levadas para os encontros regionais a serem realizados em todo o País e depois ao 21º Congresso Nacional dos Funcionários do BB, marcado para os dias 28, 29 e 30/5. A decisão final aprovada pelos trabalhadores será apresentada posteriormente na mesa de negociação permanente. Entre as sugestões da Comissão está uma escala de comissionamento automático para

os cargos de primeira comissão.

Os representantes dos funcionários também questionaram o fato do empregado poder ser descomissionado em uma única avaliação insuficiente no GDP. Isso, em muitos casos, pode ser usado de forma equivocada pelo gestor, além de se tornar uma ferramenta para o assédio moral. Esse assunto também será pautado na mesa permanente de negociação para que haja uma coerência entre a filosofia do programa GDP e as práticas gerenciais. No próximo dia 7/4, a reunião da mesa temática discutirá Remuneração.

SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO – No dia 25/2, em Brasília, a reunião da Mesa Temática foi sobre Saúde e Condições de Trabalho. Na pauta, estavam Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Exame Periódico de Saúde; Programa de Assistência a Vítimas de Assaltos e Sequestros (PAVAS); e Programa Qualidade de



Vida no Trabalho (QVT).

Entretanto, antes de abordar os assuntos da pauta, os representantes dos trabalhadores informaram ao banco que a implantação do plano odontológico, do comitê de ética para combate ao assédio moral e do SESMT serão agora tratados apenas na mesa de negociação e não mais mesa de saúde. "Estes três itens fazem parte do acordo coletivo e é obrigação do banco realizar a implantação o mais breve possível. O plano odontológico inclusive está atrasado. Esperamos que o banco traga respostas objetivas com urgência em relação a esses itens", afirma o presidente do Sindicato dos Bancários e funcionário do BB, Carlos Eduardo Bezerra.



CAIXA – 2010. Ano de muita mobilização pelo PCC, Isonomia e Saúde

OS FUNCIONÁRIOS DA CAIXA DE TODO O PAÍS INICIARAM 2010 MOBILIZADOS NA LUTA PELAS SUAS REIVINDICAÇÕES. AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DESTE ANO FORAM NO ANIVERSÁRIO DE 149 ANOS DA CAIXA, QUANDO OS FUNCIONÁRIOS, ATENDENDO CONVOCAÇÃO DA CONTRAF/CUT, FIZERAM ATOS EM TODOS OS ESTADOS BRASILEIROS COBRANDO DA DIREÇÃO DA CAIXA UM PCC DIGNO.

DESDE JUNHO/2009, A CAIXA VEM DESCUMPRINDO OS TERMOS DO ACORDO COLETIVO 2008, QUE PREVIA A APRESENTAÇÃO DO NOVO PCC NAQUELA DATA E A SUA IMPLANTAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2009. ATÉ O MOMENTO, A CAIXA SEQUER APRESENTOU O PLANO ÀS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS EMPREGADOS. “A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES SE FAZ NECESSÁRIA PARA QUE POSSAMOS AVANÇAR NAS CONQUISTAS DA ISONOMIA”, CONVOCA MARCOS SARAIVA, DIRETOR DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ.

2010: O ANO DA ISONOMIA

– No mês de janeiro, os funcionários da Caixa fizeram Dia Nacional de Luta, dessa vez pela isonomia total para os funcionários da Caixa admitidos a partir de 1998. Apesar dos avanços com a implantação do novo PCS em 2008 (que unificou as carreiras dos antigos e novos), ainda resta o adicional por tempo de serviço (ATS) e a licença-prêmio, além da manualização de outras conquistas, como as APIP's.

ABAIXO ASSINADO – A CONTRAF/CUT e a FENAE fizeram abaixo-assinado dirigido à presidenta da Caixa, reivindicando a instalação de estrutura para o saúde-caixa e saúde do trabalhador em todos os estados brasileiros. Na campanha salarial/2009, a Caixa não aceitou discutir este tema. Desde 2008 que os funcionários vêm lutando pela melhoria do saúde-caixa. Naquele ano, foi feito um abaixo-assinado, entregue à presidenta Maria Fernanda e o resultado foi uma pequena melhoria na estrutura do saúde-caixa nos serviços de pagamento, credenciamento e emissão de carteiras provisórias.

LUTA POR ISONOMIA – Mesma empresa, duas realidades. na Caixa Econômica Federal é assim: embora empregados trabalhem lado a lado, milhares têm direitos diferentes. Essa diferenciação foi provocada a partir de 1998, quando os empregados que tomaram posse à época eram contratados com direitos rebaixados em relação

ANO	CONQUISTAS
2003	Parcelamento de reembolso do adiantamento de férias e concessão de APIP aos admitidos pós 98
2004	Saúde Caixa: adoção de mensalidade de 2% para todos os empregados (antes: valor fixo igual, gerando peso diferente nos salários), adoção de co-participação de 20% para todos os empregados (antes: empregado pré-98: 10% a 25%, conforme tempo de serviço; empregados pós-98: 50%); extensão, para companheiros do mesmo sexo, de todos os direitos reconhecidos aos cônjuges e companheiros heterossexuais.
2006	Criação do novo plano da Funcef, com igualdade de condições para os admitidos pós-98 (falta: abertura para adesão dos empregados dos planos REB I e REB II)
2008	Unificação das tabelas salariais da carreira administrativa dos pré e pós-98 (falta: extensão das vantagens pessoais aos empregados pós-98)
A conquistar	ATS – Adicional por Tempo de Serviço para os empregados pós-98 Licença prêmio (18 dias anuais) para os empregados pós-98

aos que já estavam na empresa.

Graças à resistência dos empregados e dos sindicatos, junto com outros companheiros da CUT, por exemplo, a Caixa não foi entregue à iniciativa privada. Saíram todos fortalecidos e foi a partir da organização por locais de trabalho que iniciou-se uma nova jornada com a retomada do movimento de massa. Muitos pontos de isonomia foram conquistados. Houve avanços

tanto nas campanhas salariais, como nas negociações permanentes com a empresa.

Dessa forma, desde 2003, vários itens de isonomia entre os contratados antes e pós 1998 foram sendo conquistados. Mas falta conquistar o Adicional por Tempo de Serviço e a licença-prêmio. São cláusulas importantes e que estão sendo tratadas como prioridade pelo Sindicato.

Plano de previdência, isonomia para novos

ATUALMENTE, UMA DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA DIREÇÃO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB) É O DIÁLOGO COM A REPRESENTAÇÃO DO FUNCIONALISMO, QUE AGORA É RECEBIDO NA SEDE ADMINISTRATIVA DO PASSARÉ. A MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO, ANTES TOTALMENTE INVIABILIZADA, AGORA É UM DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS SINDICAIS PARA ARRANCAR CONQUISTAS PARA OS TRABALHADORES. FOI EM MESA DE NEGOCIAÇÃO QUE OS FUNCIONÁRIOS DO BNB VÊM CONQUISTANDO IMPORTANTES VITÓRIAS E RECUPERANDO BENEFÍCIOS HISTÓRICOS RETIRADOS ARBITRARIAMENTE NA GESTÃO BYRON. ALÉM DISSO, PELA PRIMEIRA VEZ, O BNB VAI PAGAR A PLR INTEGRAL AOS SEUS FUNCIONÁRIOS. EM 2010 SURTEM NOVOS DESAFIOS: A REVISÃO DO PLANO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO (PCR) E A IMPLANTAÇÃO DO PONTO ELETRÔNICO E DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL DA CAPEF E DA LUTA PERENE PELA ISONOMIA ENTRE NOVOS E ANTIGOS FUNCIONÁRIOS. "O DIFERENCIAL AGORA É QUE NEGOCIAMOS PONTO A PONTO DURANTE A CAMPANHA SALARIAL E EM MESA PERMANENTE E JÁ RESOLVEMOS VÁRIOS PASSIVOS TRABALHISTAS SEMPRE VALORIZANDO O DIÁLOGO E LUTANDO PELO MELHOR PARA O FUNCIONALISMO DO BNB", ANALISOU O COORDENADOR DA COMISSÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BNB (CNFBNB/CONTRAF-CUT), TOMAZ DE AQUINO.

ACORDOS TRABALHISTAS GARANTEM MAIS DE R\$ 50 MILHÕES PARA O FUNCIONALISMO

– Foi essa mesma mesa que conquistou para os funcionários do Banco a partir de 2003 a solução de três passivos trabalhistas mediante acordos de mais de R\$ 50 milhões devidos ao funcionalismo. As ações acordadas foram URP de 88 (liquidada em 2003), Promoções (liquidada em 2005) e Licença-Prêmio (liquidada em 2009). Além disso, a ação de equiparação das comissões do BNB às do BB está em fase de apreciação de propostas de valores. O Sindicato aguarda para breve uma nova proposta do Banco.

CAMPANHA SALARIAL – Após 21 dias de greve, a CNFBNB/Contraf-CUT se esforçou no sentido de preservar o processo negocial e arrancou alguns avanços, principalmente relativos à PLR e ao abono de R\$ 500,00 (tributável quanto ao imposto de renda). Após reivindicação da CNFBNB para que fossem encontradas alternativas que compensassem o funcionalismo quanto ao limite de 9% imposto pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) para distribuição da PLR, o Banco propôs, adicionalmente, adiantar, nos moldes do empréstimo de férias, 1/3 da re-



Reflexo da resistência durante a era Byron: até os encontros dos funcionários era feito de maneira clandestina

muneração bruta de cada funcionário, paga juntamente com a antecipação de PLR em 6/11/09. Este valor será compensado quando do pagamento total da PLR de 2009 em abril de 2010. Caso o saldo da PLR seja insuficiente para quitação do adiantamento de 1/3, este será parcelado em até 12 vezes. Além disso, o Banco se comprometeu

a buscar junto aos órgãos controladores a extensão da licença-prêmio para todos os funcionários com direito adquirido e o reajuste de 3% no PCR. O acordo coletivo dos funcionários do BNB será assinado dia 31/3.

ISONOMIA PARA OS NOVOS FUNCIONÁRIOS – A defesa dos

os e revisão do PCR são desafios para 2010



novos funcionários do BNB, que ingressaram na Instituição a partir de 1998, sempre esteve presente nas mesas de negociação entre o SEEB-CE/CNFBNB e o BNB. Assim é que direitos que até recentemente estavam assegurados somente para os antigos funcionários passaram, através dos acordos coletivos de trabalho, a beneficiar também essa nova geração de benebeans. Dentre essas conquistas, destacamos a implantação de um novo Plano de Cargos e Remuneração (PCR), a concessão de cinco folgas anuais e do adiantamento de férias, além do reajuste em mais de 10% do piso salarial, conquistado na greve de 2008. Outras conquistas para garantir total isonomia entre antigos e novos funcionários estão sendo incessantemente perseguidos pelo SEEB-CE/CNFBNB: implantação de Plano de Previdência Complementar (Plano CV); concessão de anuênio; auxílio material escolar e licença-prêmio.

REDUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DA CAPEF – A contribuição dos aposentados para a Capef, prevista para atingir percentual de 30% em janeiro de 2009, foi reduzida para 25%, mediante intenso esforço de negociação da CNFBNB, Sindicato dos Bancários do Ceará e Associação dos Aposentados do BNB (AABNB).

“O percentual ainda é elevado”, afirma Océlio Silveira, diretor da Secretaria de Aposentados do SEEB/CE

e funcionário do BNB. “Por isso, a luta continua para conseguir, no primeiro momento, baixar a taxa de contribuição para 20% e depois voltar ao patamar histórico de 10%”, completa. Ademais, o SEEB/CE vem travando com a direção do BNB debate com o objetivo de “descongelar” o valor dos benefícios a serem pagos futuramente aos funcionários que hoje estão na ativa. Esses benefícios têm o mesmo valor de agosto de 1997, apenas reajustado pelos acordos salariais, o que representa para quem está na ativa e quer se aposentar redução de até 50% da sua renda atual. “Isso é inadmissível”, finaliza Tomaz de Aquino, diretor do SEEB/CE e coordenador da CNFBNB/Contraf-CUT.

DEMITIDOS – O bancário demitido do BNB, Heider Vasconcelos, que encontra-se em Brasília, na Câmara dos Deputados, acompanhou a eleição do novo presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), na qual tramita os Projetos de Lei de reintegração dos demitidos do BNB, do BB e da Caixa, dando prosseguimento ao trabalho de articulação de aprovação desses Projetos de Lei de interesse do SEEB/CE.

A eleição foi realizada nesta quarta-feira, dia 3/3, para presidência da CFT, sendo eleito o deputado Pepe Vargas (PT – RS), o qual no ano passado exercia a função de líder na CFT. Essa foi uma escolha importante, pois o atual presidente é conhecedor

dos respectivos PL's, e, sempre se posicionou favorável a aprovação deste justo pleito dos trabalhadores dessas instituições, que amargaram e pagaram a conta dos desmandos desastrosos do Governo FHC.

O representante do SEEB/CE está articulando com vários parlamentares uma reunião com o novo presidente para que o mais rápido possível posamos agendar a votação dos PL's de nosso interesse na CFT. “Em função de o corrente ano ser atípico, dado a eleição que se aproxima, é importante o empenho dessa articulação, para que o mais rápido possível, posamos sair da CFT e finalizando o trâmite na Câmara dos Deputados aprovando os PL's na Câmara”, disse Heider.

Segundo Tomaz de Aquino, ao todo, 287 bancários lutam pela reintegração ao Banco do Nordeste. De acordo com ele, no início, eram 697 bancários esperando o processo, mas alguns haviam pedido aposentadoria, e outros tinham sido demitidos por justa causa e não podiam entrar com o pedido. “Agora, são 287 pessoas sonhando com a correção dessa injustiça”, afirmou Tomaz.

A expectativa agora é que o projeto seja encaminhado para votação na CFT o mais breve possível e que seja aprovado nessa comissão. Caso isso ocorra, o projeto segue para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, após, para o Senado.

Redução da jornada: uma luta de todos

As centrais sindicais vão aproveitar o clima eleitoral para pressionar o Congresso a aprovar no primeiro semestre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais. “Se for à votação este ano, a proposta será aprovada”, afirmou o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique. “Temos de aproveitar o momento e tentar incluir o tema prioritário para votação ainda no primeiro semestre”.

O projeto da redução da jornada de trabalho nacional de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, precisa ser votado na Câmara e no Senado. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as demais centrais sindicais fazem calendário de luta conjunta para intensificar a pressão sobre o Congresso para aprovar o projeto de lei que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Os sindicalistas atuam em duas frentes na batalha pela redução da jornada. Ao mesmo tempo em que pressionam os parlamentares, buscam abrir negociações com empresas e setores de atividade, tendo como instrumento de pressão a ameaça de greves.

A proposta de redução da jornada incendiou as discussões tanto entre empresários e centrais sindicais quanto entre os seus representantes no Congresso. O presidente da CUT argumenta que a última vez que houve redução de jornada no País, de 48 para 44 horas, foi na Constituinte de 1988. Ele frisa que de lá para cá a produtividade do trabalho na indústria de transformação saltou 84%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um dos principais argumentos dos sindicalistas na defesa da redução da jornada para 40 horas é que a medida teria potencial para gerar mais de 2,5 milhões de postos de

trabalho. Além disso, o fim das horas extras poderia gerar mais um milhão de postos de trabalho.

MOBILIZAR PARA REDUZIR – Com o objetivo de mobilizar todos os trabalhadores do País na luta pela votação da PEC, a CUT está programando um Dia Nacional de Luta para maio, em que serão realizadas greves, atrasos na entrada de turnos e mobilizações de rua em todos os setores de atividade, como forma de manter o tema na pauta e para mostrar a determinação de todas as categorias em reduzir a jornada sem redução de salários e com remuneração de 75% a mais sobre as horas extras.

Antes disso, haverá mobilizações no interior do Congresso Nacional, as chamadas “Ocupações Pacíficas do Congresso” para março e abril. A organização de cada uma das Ocupações ficará a cargo de uma ou mais CUTs estaduais. Durante as atividades no interior do Congresso, as delegações devem visitar os gabinetes de todos os deputados pressionando pela aprovação do projeto.

A CUT mantém-se irredutível na defesa de dois pontos essenciais do projeto: aumentar o custo da hora extra, como forma de inibi-las, e não vincular a redução da jornada à concessão de novos benefícios fiscais para os



patrões – algo que eles querem incluir na discussão.

REDUZ PRA 40 QUE O BRASIL AUMENTA – O projeto da redução da jornada de trabalho nacional de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, precisa ser votado na Câmara e no Senado para seguir para sanção presidencial para virar lei.

Se for aprovado, o ganho social para o povo brasileiro vai ser muito grande. Mais empregos serão gerados, o trabalhador poderá se dedicar mais aos estudos, ao lazer, às atividades sociais e culturais, tão importantes para a vida e para o País, que vai se desenvolver ainda mais com o aumento do consumo e da produção.

Muitos países já levantaram esta bandeira: Canadá, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Estados Unidos e tantos outros. Portanto, está mais do que na hora do Brasil também levantar a sua.

DIEESE MOSTRA QUE É POSSÍVEL – A economia brasileira não apenas tem condições como a necessidade de reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem diminuição do salário. Em nota divulgada recentemente, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) afirma que isso é possível.

Para o Dieese, entre outras razões, o Brasil pode diminuir



Senador Inacio Arruda participou de debate no Sindicato sobre Redução da Jornada de Trabalho

a jornada sem reduzir os salários por causa dos salários baixos, do pequeno impacto da remuneração dos trabalhadores no custo total da produção, no aumento de 84% da produtividade na última década e no baixo custo dos encargos sociais da mão de obra.

Para chegar ao montante, o Dieese considerou o número de pessoas com contrato de 44 horas semanais, em 2005, que somavam 22.526.000. Ao diminuir quatro horas de cada uma delas, a entidade calculou que seriam gerados dois milhões de empregos.

EMPRESÁRIOS NA CONTRAMÃO – Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgou nota, dia 9/2, para se posicionar contra a PEC. A entidade ressaltou que a redução da jornada de 48 para 44 horas, estabelecida na Constituição de 88, não criou novos postos de trabalho.

Entretanto, para o presidente da CUT, Artur Henrique, trata-se “do velho discurso empresarial da década de 80, quando foi a última vez que tivemos a redução da jornada legal de trabalho no Brasil”. Ele lembra que os ganhos de produtividade obtidos pelas empresas nos últimos 20 anos superam de longe um eventual aumento de custos.

Mais de dois milhões de empregos, sendo 230 mil no Ceará



“Aprovar a redução da jornada é uma forma de valorização do trabalho, que jamais deve ser encarada como obstáculo ao setor produtivo, mas sim como fonte de crescimento econômico e verdadeiro alicerce de um projeto nacional soberano”. Esta é a opinião do senador Inácio Arruda, autor da PEC que propõe a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. A proposta prevê ainda o aumento do valor da hora extra de 50% do valor normal para 75%.

Segundo o Dieese, com a redução da jornada de trabalho poderão ser criados, numa primeira etapa, mais de dois milhões de novos postos de trabalho, sendo aproximadamente 230 mil no Ceará.

TRAMITAÇÃO DA PEC – Apresentada em outubro de 1995, a proposta foi admitida um ano depois, em 1996, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em 1997 foi criada uma comissão especial para analisar a proposta, que não concluiu seu trabalho. A PEC foi arquivada em 1999, em razão da mudança de legislatura, sendo desarquivada em seguida e arquivada novamente em 2003 e em 2007.

Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, a PEC foi distribuída em 8/12/2008 a uma comissão especial. Tendo como relator o deputado Vicentinho (PT/SP), o texto da PEC foi aprovado por unanimidade nessa Comissão em 30/6/2009.

Em agosto de 2009, a Câmara dos Deputados constituiu uma Comissão Geral, no Plenário da casa, para discutir o assunto. Pela primeira vez, representantes dos trabalhadores e do empresariado puderam debater a proposta, cada uma apresentando seus argumentos. Agora, o texto da PEC aguarda a votação em dois turnos pelo plenário da Câmara. Depois disso, segue para o Senado, sendo votada também em dois turnos. A PEC não precisa da sanção do Presidente da República, sendo promulgada diretamente pelo Congresso Nacional.

Com horas extras não pagas por ano, Brasil perde quase um milhão de empregos

As empresas deixam de pagar 20,3 bilhões de horas extras por ano e, com isso, o Brasil perde a geração de 956,8 mil postos de trabalho. A impressionante estimativa é da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), feita com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Já o montante sonogado ao FGTS é R\$ 1,6 bilhão por conta do não-pagamento dessas horas extras, enquanto o valor que não é pago à Previdência Social pela empresas atinge R\$ 4,1 bilhões, conforme aponta o mesmo levantamento do MTE.

Segundo cálculos do Dieese, a eliminação das horas extras contribuiria ainda mais para a geração de empregos, criando mais 1,2 milhão de novas vagas. A medida se associa à campanha feita pela CUT e demais centrais sindicais pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salário, que, conforme estudos do Dieese, levará à criação de cerca de 2,2 milhões de novos postos de trabalho no País.

O projeto de lei que reduz a jornada aguarda votação no plenário do Congresso Nacional. “A geração de empregos é uma das medidas essenciais para alavancar o crescimento do País e a distribuição de renda. E a redução da jornada e uma fiscalização mais ostensiva a extrapolação dessa mesma jornada vai contribuir muito para isso, assim como para o bem estar do trabalhador, que vai ganhar mais qualidade de vida”, afirma o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra.

Desafios de 2010 motivam fortalecimento das ações sindicais

Arquivo

O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ PREPARA-SE PARA ENFRENTAR O ANO DE 2010 COM UM CALENDÁRIO DE AÇÕES SINDICAIS, QUE BUSCAM ENVOLVER A CATEGORIA BANCÁRIA E DAR MAIOR VISIBILIDADE ÀS SUAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO, TAMBÉM JUNTO À SOCIEDADE. O PRESIDENTE DO SEEB/CE, CARLOS EDUARDO BEZERRA, MOSTRA NESTA EDIÇÃO, OS PASSOS FIRMES QUE O SINDICATO DARÁ PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DESTES ANOS, PREPARANDO-SE, PRINCIPALMENTE, PARA A CAMPANHA SALARIAL 2010, BUSCANDO A MOTIVAÇÃO E MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS BANCÁRIOS DA BASE.

O Bancário – O Sindicato dos Bancários do Ceará começou o ano planejando suas ações, durante um Seminário Estratégico. Quais as principais diretrizes tiradas desse Encontro para as ações da atual gestão?

Carlos Eduardo – O planejamento teve como base política o nosso programa aprovado no último processo eleitoral. A partir desse entendimento, a diretoria organizou um calendário de ação sindicais que passa por um processo intenso de formação, dirigida especialmente aos bancários, pela adoção de mecanismos de comunicação cada vez mais rápidos sem perda da qualidade e conteúdo, pela problematização antecipada das questões da Campanha Salarial, combinado tudo isso com uma política de curto e médio prazo de organização por local de trabalho.

As ações em prol da categoria bancária já estão em andamento pelo Sindicato. Quais os desafios do Sindicato para os próximos anos?

Carlos Eduardo – Nosso desafio principal está no campo da motivação sindical, isto é, precisamos ser capazes de motivar uma maior participação dos bancários nas instâncias e estrutura do Sindicato. Essa participação é condição primeira para o nosso fortalecimento político. Problematizar e buscar alternativas às questões de condições de salário e trabalho, questões graves no âmbito da saúde, tudo requer uma nova postura – de nossa parte e da base. Estamos iniciando agora no dia 10 de abril uma Jornada de Debates e atividades formativas específicas relativamente ao Sistema Financeiro Brasileiro. Nessa data – 10 de abril (sábado) realizaremos um debate sobre os

bancos e a conjuntura com o professor Henrique Marinho. E, ainda neste semestre faremos um novo seminário – de aprofundamento com o professor Carlos Eduardo Carvalho, da PUC/SP. O professor é um antigo colaborador nosso, tendo tido uma atuação competente na defesa dos bancos públicos e na dissecação dos liames dos bancos, em geral.

Os bancários começaram o ano de 2010 já com algumas bandeiras de luta. Qual o destaque que você dá para as mobilizações deste ano, em nível nacional?

Carlos Eduardo – Nós estamos construindo estas prioridades. Não haverá receita de bolo nem imposição das cúpulas. É evidente que a categoria bancária em nível nacional e em nosso Estado merece mais. Os bancários – pelo rigor das metas abusivas – têm adoecido; os postos de trabalho gerados nos bancos não têm nenhuma proporcionalidade com o lucro dos bancos públicos e privados; a jornada de trabalho é excessiva e o salário de ingresso continua baixo. Discutir formas de luta concreta, responsável, decidida coletivamente é o nosso desafio. Vale ressaltar que é importante a participação dos bancários nas programações do Sindicato em defesa da categoria.

A Campanha Salarial 2009 deixou algumas lições para o movimento sindical. Quais os temas de destaque que merecem maior atenção dos sindicatos?

Carlos Eduardo – É fundamental – condição de maior sucesso na pressão – a unidade coordenada nacionalmente, uma opinião pública favorável e uma greve construída com os bancários efetivamente



fora das unidades bancárias. Tivemos uma grande greve, mas houve locais onde bancários ficavam paralisados nas unidades – em número pequeno, mas suficiente para prejudicar o movimento nacional que é responsabilidade de todos – dirigentes, delegados sindicais – categoria bancária como um todo. Hoje, sabemos que muitas das reivindicações da Campanha Salarial 2009 ficaram para discutir este ano.

No campo político, qual o maior desafio do movimento sindical este ano?

Carlos Eduardo – Desenvolver a tradicional Campanha Salarial e tomar posição frente ao pleito político de 2010. É fundamental que sejamos capazes de elucidar para os trabalhadores do Sistema Financeiro as propostas que estão explícitas ou implícitas em torno das candidaturas que estarão postas. Conservando a liberdade e autonomia própria do movimento sindical, é necessário intervir decididamente nos rumos que tomará o País – e nós sabemos que as eleições de 2010 serão um divisor de águas entre avançar nas políticas públicas e num novo projeto democrático-popular ou retroceder ao neoliberalismo. Este trabalho não pode prejudicar nossos encaminhamentos e nossas lutas reivindicativas específicas próprias da Campanha Salarial. Nós a faremos, com toda a força. E, a medida da participação de todos os bancários em nosso Estado e no restante do País, determinará certamente o nível de nossas conquistas – sempre fruto de nossas lutas.

SEEB/CE homenageia mulheres com a Comenda Bárbara de Alencar

No dia 5/3, o SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ PRESTOU UMA GRANDE HOMENAGEM ÀS MULHERES NA COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, PARA QUAL CRIOU A COMENDA BÁRBARA DE ALENCAR VISANDO AGRACIAR MULHERES COM RELEVANTE CONTRIBUIÇÃO AO SINDICALISMO E À SOCIEDADE CEARENSE. O SEEB/CE OUTORGOU A COMENDA BÁRBARA DE ALENCAR A SÔNIA OLÍMPIO, DA ONG MORADIA E CIDADANIA E FUNCIONÁRIA DA CAIXA; JÂNIA OLIVEIRA VIANA, EX-FUNCIONÁRIA DO BNB E MARIA LAYZE LIMA DE MENEZES, FUNCIONÁRIA DO EX-BEC E DIRETORA DA CABEC.



 **Sindicato dos
Bancários do Ceará**



CONTRAF CUT



FetecNE

www.bancariosce.org.br